



## **ENTREVISTA**

Professora Dra. Rosane Toebe Zen<sup>1</sup>

### **Os desafios históricos da formação de professores no Brasil**

José Claudinei Lombardi

Trata-se de texto produzido a partir de entrevista, concedida no dia 4 de maio de 2018, nas dependências da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, ocasião em que se realizava o VIII Encontro Brasileiro de Educadores Marxistas – EBEM, do qual o professor José Claudinei Lombardi participou e nele desenvolveu inúmeras atividades. Entre um compromisso e outro, o professor Zezo (como é carinhosamente conhecido entre os mais próximos), concedeu-nos o seu tempo e nos falou sobre a sua compreensão acerca dos desafios históricos enfrentados nos cursos de formação de professores no Brasil.

O professor José Claudinei Lombardi é Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (1976); Mestre em Sociologia Rural (Agronomia) pela Universidade de São Paulo - USP (1985); Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e Livre-docente em História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp. É Professor Titular em História da Educação na Faculdade de Educação - Unicamp. Foi Secretário de Educação de Limeira, SP, no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2015. É bolsista de Produtividade em Pesquisa - Nível 2 - do CNPq e tem experiência na área de educação, com ênfase em Marxismo e Educação; Pedagogia Histórico-Crítica; e História da Educação. A sua atuação profissional compreende pesquisas em educação, história da educação brasileira, história, trabalho e educação, e historiografia da educação. É coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, sociedade e educação no Brasil" (HISTEDBR).

Autor e organizador de várias publicações, algumas muito conhecidas e difundidas entre os educadores e pedagogos brasileiros, dentre as quais se destacam: “História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual”, “Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais”; “Capitalismo, trabalho e educação”; “A escola pública no Brasil: história e historiografia”; “Ética e educação - reflexões filosóficas e históricas”; “Marxismo e educação - debates contemporâneos”; “O público e o privado na história da

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. [rtoebe@gmail.com](mailto:rtoebe@gmail.com).



educação brasileira”; “Educação e ensino na obra de Marx e Engels”; “Embates marxistas: apontamentos sobre a pós-modernidade e a crise terminal do capitalismo”. A Professora Rosane Toebe Zen é Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, onde também atuou como professora colaboradora entre os anos de 2009 a 2018, e é Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Tem experiência na educação básica, tendo exercido a função de professora da Rede Municipal de Toledo, PR e de pedagoga na Secretaria de Estado da Educação – SEED. É membro do Grupo de Pesquisa Sociologia, Trabalho e Educação (UFSCar) e do Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores (Gpefor - UNIOESTE). Pesquisa as relações entre trabalho docente, currículo e avaliações externas.

*Professora Rosane: Que desafios podem ser identificados no campo da formação de professores na atual conjuntura política?*

*Professor Lombardi:* A primeira observação que eu tenho a fazer é que a formação dos professores, não só no Brasil, mas, especificamente, no Brasil, tem uma história. Se retomarmos os mais diferentes momentos de nossa história, podemos compreender que, num determinado momento, organizaram-se os espaços escolares, o que pressupõe uma relação entre professor e aluno. Quando desenvolvemos uma pesquisa histórica para entender como é uma determinada escola, buscamos entender o que se fazia no interior dela e, no que diz respeito aos professores, as perguntas que eventualmente surgem são as seguintes: “Quem foi aquele professor? Foi formado quando? Onde se formou?”.

Então, primeiramente, precisamos considerar que, historicamente – e isso em alguma medida pode ser observado até hoje – os professores não recebiam uma formação específica para a atividade docente, para o ofício de ensinar e sobre os processos que envolvem o aprendizado dos alunos. Esse professor, portanto, não estava preparado pedagogicamente; não dominava o conteúdo a ser ensinado; não detinha a compreensão sobre o processo de transformação e de desenvolvimento de seus educandos – e aqui devem ser consideradas as diferenças entre o trabalho pedagógico desenvolvido com crianças no berçário, na creche; o trabalho que se realiza com uma criança na pré-escola; o que deve ser desenvolvido nos anos iniciais do ensino fundamental, alunos que eram antigamente atendidos nos grupos escolares, e assim por diante. Além de nada conhecer sobre o desenvolvimento biológico e psicológico dos seres



humanos, esses professores também não dominavam as ferramentas e os instrumentos de como ensinar.

O que estou querendo afirmar é que é muito recente, na história da educação, a existência de cursos para formar professores. Eles surgiram exatamente quando a atividade educacional se institucionalizou e, com ela, também surgiu e se desenvolveu a profissão do professor. Foi apenas nesse momento que surgiu a preocupação com a criação de cursos para formar esses professores.

Essa preocupação surgiu na França, após a Revolução (1789) e o avanço da luta em prol da escola pública, gratuita e laica. No Brasil, essa preocupação chegou apenas no final do século XIX, com a formação de professores para a educação primária e que se dava no ensino médio, com as Escolas Normais. Somente na terceira década do século XX, muito timidamente, foram criados os cursos de nível superior para formar professores para os demais níveis de ensino. Ocorreu, nesse momento, uma bifurcação na formação dos profissionais da educação no ensino superior. Havia cursos que davam continuidade à Escola Normal, denominados de cursos de pedagogia, e que formavam os professores para a docência nos diversos níveis de ensino; outra formação recebiam os profissionais das demais disciplinas, notadamente para o ensino médio, e que recebiam uma formação educativa (didática) e profissional para o desempenho da atividade docente – eram as licenciaturas. Os alunos dos cursos de física, química, matemática etc., ao lado do conjunto de conhecimentos técnicos e científicos da área de formação, podiam optar pela licenciatura, quando cursavam também as disciplinas que se voltavam para a formação pedagógica e didática, para que pudessem atuar como professores dessas diferentes disciplinas escolares.

Aparentemente, parece que a formação de professores tem uma longa história, mas, se nos debruçarmos sobre a história da humanidade, perceberemos que é uma história muito recente. Sem esquecermos que, até muito recentemente (no Brasil ocorreu apenas após a Segunda Guerra Mundial), a escola era praticamente voltada à formação exclusiva da elite, portanto, essa formação de professores era uma formação muito sólida, pois se destinava a formar professores das elites dirigentes.

As escolas normais começaram a se instalar aqui, ainda em meados do século XIX, principalmente por algumas ordens religiosas femininas, da Igreja Católica, e que foram implantando escolas para a formação das filhas da elite, que deveriam contribuir com a sólida



formação da elite dominante econômica e politicamente.

A escola pública, por sua vez, surgiu e foi criada ainda na revolução industrial, pelas chamadas leis fabris. Eram escolas voltadas ao atendimento dos filhos dos trabalhadores e, por isso, era uma educação rápida e mínima. Escolas para formação de trabalhadores manuais, disciplinadora para o trabalho e forjadora ideológica para a subalternidade, para a obediência. Os relatos dos inspetores de fábrica foram importantes para o entendimento dessa educação dos trabalhadores, que foi detalhada por Engels, em sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, e por Marx, no décimo terceiro capítulo – “Maquinaria e grande indústria” - de sua obra magna, “O Capital”.

Para as escolas que atendiam à elite, os professores deveriam receber uma sólida formação; para os filhos da classe trabalhadora, uma escolarização apressada, não se necessitava que os professores tivessem uma formação mais acurada, bastava que soubessem ler e escrever, que estivessem à frente de seus alunos; mesmo pessoas praticamente analfabetas ministravam aulas nessas escolas que começavam a surgir e que atendiam aos filhos dos trabalhadores. Daí o termo que se tem até hoje e, infelizmente, há ainda uma grande quantidade desses profissionais atuando: o de *professores leigos*, que são aqueles que não possuem formação para a atividade profissional de professor.

Em termos internacionais, nos países chamados de “desenvolvidos”, bem como em alguns de nossos vizinhos da América Latina, os sistemas educacionais foram forjados no final do século XIX. Na nossa história da educação, por nos constituirmos enquanto um país colonizado, por essa colonização ter sido longa, em razão do processo de abolição da escravatura ter demorado mais, e o advento da república ter ocorrido tardiamente, somente no início do século XX, já com a República, foi que efetivamente se colocou a necessidade da alfabetização em massa da população, sendo o analfabetismo apontado com um dos grandes problemas de nossa sociedade... No final do Império isso já era colocado, conforme indicam os estudos históricos dos pareceres de Rui Barbosa, que se constitui como base de um projeto de reforma educacional: é necessário equacionar o problema do analfabetismo; e é necessária uma educação de qualidade para a população brasileira.

Mas só no início do século XX e, particularmente a partir da década de 1920, foi que surgiu um grupo de intelectuais que passaram a se preocupar mais detidamente com a necessidade de se ter uma nova escola para o nosso país, transplantando para cá o movimento em defesa de



uma Nova Escola e que foi chamado de escolanovismo. Só então começou aqui, tardiamente, a preocupação com a ampliação do acesso a cursos de formação de professores, dando-lhes uma sólida formação.

As Universidades, no Brasil, somente foram criadas depois de 1930 e, com elas, os cursos de pedagogia e de licenciatura. Foi nesse momento que a formação de professores recebeu atenção. Ainda assim, era uma formação universitária elitizada e que visava a atender uma educação também elitizada, uma formação de professores voltada à formação dos filhos da elite e da classe média para as escolas que atendiam aos filhos da elite e da classe média.

De forma mais efetiva, só depois da Segunda Grande Guerra é que a escola pública começou a se ampliar, nas décadas de 1950 e 1960. Nesse período, começou a se solidificar, quantitativamente, a ampliação de escolas para os filhos da classe trabalhadora. Como diz meu amigo e professor Sanfelice<sup>2</sup>, uma escola para atender aos pobres. A ampliação quantitativa das escolas enfrentou um problema seriíssimo: não havia professores em quantidade suficiente para o atendimento dessas escolas. Portanto, em grande medida, essa ampliação quantitativa das escolas foi atendida por professores leigos e, gradativamente, passou-se a exigir deles formação para o desempenho dessa atividade profissional.

Agora, pensa bem: os dados estatísticos mostram que foi ampliado quantitativamente, numa escala surpreendentemente, o acesso à educação. E vejam bem que ainda hoje nós temos problemas gravíssimos, pois em nenhum nível educacional chegamos à universalização da educação. Na educação infantil – que atende a crianças com idades entre 0 a 3 anos – conseguimos universalizar? Não, a carência ainda é muito grande. A educação infantil, oferecida na pré-escolar, conseguimos universalizar? Não. E vejam bem que não estou falando aqui da situação de uma cidade ou outra, mas estou pensando no nosso país, que é continental. Em alguns municípios se mascarou isso, onde a creche deveria atender em tempo integral; mas, para parte das crianças, quando vai para a pré-escola, o atendimento passou a ser oferecido em tempo parcial, como uma forma de otimizar os espaços físicos e, quantitativamente, manter a aparência de que houve um crescimento espetacular. Universalizamos o que era antigamente o ensino primário e que hoje é chamado de séries iniciais? Não. Universalizamos o ensino ginásial, que é o fundamental, o chamado segundo

---

<sup>2</sup> Refere-se ao Professor José Luis Sanfelice, Livre Docente em História da Educação (2001) e Professor Titular (2006) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde atuou como docente de 1981 a 2012.



ciclo do ensino fundamental? Não! O gargalo fica mais estreito, quando se observam o acesso e a permanência dos estudantes brasileiros no ensino médio. E o gargalo se torna muito fechado, quando essa análise considera o ensino superior.

Conforme eu já mencionei, a partir da segunda guerra, o desafio colocado consistiu em resolver e equacionar o problema do analfabetismo no nosso país. Como isso passou a ser feito? Ampliando quantitativamente as escolas. Havia professores? Não. Como se resolveu? Através da contratação de professores leigos e oferecendo, na escola para os pobres, uma formação minimalizada, básica, na qual os professores, também com formação precária, pudessem desempenhar o seu papel. O que se observa hoje é que, em certa medida, essa ampliação quantitativa atingiu uma escala muito grande. E, com ela, os nossos cursos de formação de professores também sofreram com a precariedade, tal qual ocorreu com a própria escola que, também foi historicamente uma escola precarizada para a massa da população.

Grande parte dos nossos professores sequer é formada em cursos presenciais. Eles são formados em cursos de educação a distância. Não que necessariamente cursos de educação a distância sejam ruins, mas, quando a maioria desses cursos de educação a distância são oferecidos por instituições privadas, cujo maior objetivo é o lucro, que garantias se tem de que a formação dos estudantes é de qualidade? As pesquisas educacionais a que temos acesso indicam que não, pois está ocorrendo uma formação precarizada e que não está preocupada com o conteúdo a ser dominado por esses professores, com que dominem os métodos de ensinar, com que tenham uma compreensão profunda sobre os processos de desenvolvimento do homem, desde bebezinho, para vir se humanizando e tornando-se homem nem aos métodos propriamente de ensino e aos instrumentos de educar.

Mas o problema da formação dos professores é um entre outros, pois esses professores nem sempre podem contar com escolas com as mínimas condições de funcionamento, salas de aula com carteiras, com quadro negro, giz e apagador. Isso ainda não é generalizado em nosso país. Já vi neste nosso país afora muitas classes funcionando embaixo de árvores. Com crianças sentadas no chão, o professor se desdobrando em falar, e as crianças anotando como for possível. Essa é a situação da educação e da formação de professores que ainda hoje se tem, em decorrência de uma base material com grandes e graves desigualdades sociais e que cria, como resposta, escolas que expressam as grandes e graves desigualdades que nós temos.

O professor Sanfelice, a quem me referi antes, usa uma expressão que, às vezes, choca e



incomoda. Ele diz que, antes, tínhamos uma educação que atendia somente à elite; depois a educação se ampliou quantitativamente para atender aos pobres, e para atender pobres, construíram-se pobres escolas ou escolas pobres. Aquelas escolas monumentos, como foram as escolas normais, os grupos escolares, foram deixadas para trás. Para os pobres são construídos barracões, abrigando as salas de aula dos alunos, sem preocupação com a altura do teto, com a iluminação, com a ventilação. Essas preocupações nem passam pela cabeça dos governantes de plantão. Nessa pobre escola, para atender a esses pobres alunos, nós temos pobres professores trabalhando em situações extremamente precarizadas. É essa a educação que o desenvolvimento do capitalismo possibilitou para a massa da população.

Penso que nós temos várias educações: uma educação de qualidade para os filhos da elite endinheirada, para os filhos da burguesia; e outra, para os filhos do pobre, que seja formadora do trabalho, segundo a divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual. Nós temos tantas educações quantas classes e frações de classes. Há escolas diferenciadas até mesmo para atender aos filhos da própria elite. Para os filhos dos magnatas, existem escolas internacionais; para os filhos da pequena burguesia e classe média, há uma gama de escolas privadas com métodos apostilados, onde se forma o aluno para o acesso à universidade. E, para a massa dos trabalhadores, existem tantas escolas pobres quantos pobres que têm acesso a ela, e que sequer se preocupam em oferecer o mínimo de educação.

Hoje, além do analfabetismo absoluto que ainda afeta uma grande quantidade de brasileiros, também temos uma nova modalidade de analfabetismo, no qual a pessoa não sabe ler, escrever e contar fluentemente – em uma sociedade letrada temos uma nova e terrível forma de analfabetismo: o analfabetismo funcional, em que a pessoa conhece as letras, mas não sabe juntá-las; quando consegue juntá-las, não consegue ler um texto; se lê o texto, não consegue entendê-lo; e se lhe é dado um tema para escrever uma carta, este não consegue escrever essa carta.

Quando analisamos as avaliações externas, que são ferramentas elaboradas para oferecer dados para o controle dos organismos multilaterais sobre a educação, os resultados são de cair o queixo. Porque, analisando a compreensão que as crianças possuem de língua portuguesa no quinto ano, é uma tragédia, porque elas não dominam a língua pátria, a língua escrita. Se for analisar o que as crianças possuem de compreensão em matemática, é outro susto, pois não se apropriaram dos elementos matemáticos de quinto ano que uma criança deve dominar. Se a



análise for feita com base nos resultados obtidos no nono ano, o susto é muito maior, pois a ineficiência da qualidade da educação ofertada nas nossas redes é pura e simplesmente de assustar. Existem nichos municipais em que isso está mais bem resolvido, mas, em termos dos estados, compreendendo a República Federativa do Brasil, é de cair de costas.

*Professora Rosane: Então, os desafios que podem ser identificados no campo da formação de professores, considerando a atual conjuntura política...*

*Professor Lombardi: É aquilo que eu estava colocando, com um agravamento: nós estamos em um momento político em que, mais uma vez, vivemos um golpe de estado em nosso país. Se formos analisar a história do Brasil, da república em diante, nós vivemos uma sucessão de golpes com interstícios democráticos. A república já foi o resultado de um golpe de estado; toda a primeira república, chamada de república velha, o que ela foi? Ela foi o domínio dos coronéis. Um sistema político-eleitoral totalmente viciado para eleger quem a elite queria eleger, para dominar a máquina política federal, estadual e municipal. Nos anos 1930, houve um novo golpe do Estado que instalou Vargas no poder. Alguns tendem a entender o movimento dos anos 1930 como uma revolução. Para mim não passou de mais um golpe de estado, através do qual se instalou, mesmo que por artifícios eleitorais, mais um período longo de ditadura. Em 1937, um golpe dentro do próprio golpe, com um recrudescimento da ditadura. Em 1945, para instaurar a democracia, ocorreu um novo golpe de estado. Depois, temos uma sucessão de governos, entre aspas, *democráticos*, caracterizando um período chamado de nacional-desenvolvimentista, que não está livre de tentativas de golpe. Em 1954, Getúlio se suicida por conta de todo o movimento golpista, que só não ocorreu porque se instaurou com a morte de Vargas uma forte comoção nacional. Em 1961, com a renúncia de Jânio, ocorreu um novo movimento golpista, que só não se efetivou porque houve um contragolpe que instaurou um governo parlamentarista que rapidamente se mostrou inviável. O golpe se consolidou em 1964, e, até 1985, nós vivemos outro longo período de ditadura no país. Em 1985, houve uma redemocratização consentida, uma redemocratização acordada entre as elites, que foi mantida até o golpe de 2016.*

Temos vivido no Brasil, desde a eleição de Collor de Mello, uma ordem política claramente afinada com a implementação plena do estado neoliberal: menos estado para o social e mais para o capital, para a garantia da lucratividade do capital – particularmente, o financeiro –



além do domínio, por parte dos grandes monopólios internacionais, do conjunto das empresas e riquezas, desde as riquezas minerais até os aquíferos de nosso subsolo.

A implementação do golpe de 2016, para mim, vem consolidando a grande tarefa que lhe cabia, que consiste em congelar os gastos públicos para área social pelos próximos anos, o que vem sendo garantido com a emenda constitucional que congela os gastos orçamentários aos valores de 2016, atingindo uma série de áreas, particularmente a saúde, a ciência, a tecnologia, e a educação.

Falar de formação de professores nesse contexto nos leva a reconhecer que, crescentemente, a educação se torna um espaço para um negócio educacional. A educação, nessa perspectiva neoliberal, transforma-se em um negócio para o capital, num negócio privado, com a entrada do grande capital monopólico no negócio educacional, através do mercado de ações. E se nos perguntarmos onde está sendo realizada a formação da maioria dos professores das nossas escolas públicas e privadas, as estatísticas disponíveis nos dão o fio condutor: estão sendo formados nestas instituições privadas de ensino superior, as quais cresceram e se ampliaram, principalmente por meio da oferta de cursos na área de humanidades, entre os quais, os cursos de pedagogia e os de licenciatura. É uma formação trágica.

Eu fui secretário da educação, no período de 2013 a 2015, no município de Limeira, SP, que é um município rico, de uma das regiões mais ricas do país, e posso afirmar que a maioria dos professores do município já era formada em escola privadas. Nós fizemos esse levantamento. Os dados eram claríssimos: a maioria dos professores da rede pública municipal era formada em instituições privadas. Como vamos entender a baixa qualidade da educação no município, que não cumpre o seu papel, que consiste em formar e possibilitar às crianças o domínio do conteúdo? Não se trata de culpar as pedagogias hegemônicas – pedagogia das competências, a pedagogia construtivista – por que esses professores sequer têm a compreensão de qualquer uma das pedagogias, a formação que receberam sequer lhes permite isso. Esses professores, uma vez formados, são os mesmos que se perguntavam: “Mas o que é que eu vou fazer na minha sala de aula?”; “O que eu faço na prática?”. Falam da prática, como se dominassem alguma teoria. Entretanto, de fato, a formação que receberam não é suficiente para que dominem nem a teoria nem o que devem fazer em sala de aula - nem em termos de conteúdo e nem em termos de ferramentas e instrumentos didático-pedagógicos.